

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Referência: Dispensa de Licitação nº 51/2023
Processo nº 6391/2023

Encontra-se aberto aviso de dispensa de licitação conforme art. 75 inciso II, referente a aquisição de 90 (noventa) unidades de Sensor Freestyle Libre para atender paciente amparado por ordem judicial, a cargo da Secretaria de Saúde, conforme descrito no Termo de Referência.

Visando atender o disposto no §3º do art. 75 da Lei nº. 14.333/2021, abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas à municipalidade.

A Dispensa se realizará de forma ELETRÔNICA, através portal: A Dispensa se realizará de forma ELETRÔNICA, através portal: www.licita.salto.sp.gov.br, na data de 25 de maio de 2023.

Prazo de Divulgação do Aviso: das 08hs do dia 22/05/2023 até as 08hs do dia 25/05/2023.

Prazo para esclarecimentos: até as 08hs do dia 24/05/2023.

Início da Sessão Pública (Fase Competitiva): 25/05/2023 das 09hs às 15hs.

O aviso está disponível para consulta e impressão, através dos sítios: www.licita.salto.sp.gov.br e www.salto.sp.gov.br.

Maiores informações, no Setor de Compras – Secretaria de Administração e Governo Digital, através dos telefones nºs (11)4602-8529, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: compras@salto.sp.gov.br

Salto, 19 de maio de 2023.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto:

Aquisição de Sensor Freestyle Libre visando atender Ordens Judiciais Vigentes, movidas por pacientes contra o município de Salto/SP.

2. Justificativa:

Considerando que objeto de aquisição será para atendimento de ordens judiciais e que o atraso na entrega dos materiais sujeita o município a multa diária, vem como coloca em risco a saúde e bem-estar dos pacientes.

Considerando que o item se encontra em processo de licitação conforme PA 1532/2023. Justifica-se, portanto, a compra por dispensa conforme a Lei 14.133/2021 artigo 75, até que seja concluído o processo licitatório.

3. Especificação

Item	Descrição do item	Quantidade	Medida	Média Valor Unit	Média Valor Total
1	SENSOR FREESTYLE LIBRE	90	UNIDADES	R\$ 415,63	R\$ 37.406,70

4. Detalhamento dos itens

- Item 1: SENSOR FREESTYLE LIBRE de uso conjunto com leitor específico, paramonitoramento contínuo de glicose intersticial, a ser utilizado na parteposterior do braço, de fácil aplicação sem a necessidade do auxílio deum profissional de saúde e sem calibração com glicemia capilar. Vida útil do sensor por até 14 dias, com leituras de glicose armazenadas acada 15 minutos, sendo necessário scanner, a cada 8 horas, no mínimo,para garantir a captação dos dados de glicose de um intervalo de 24 horas. Resistente à água, podendo suportar imersão em até um metro de água por até 30 minutos. Tecnologia eletroquímica amperométricapara monitoramento contínuo de glicose intersticial, com intervalo deleitura de glicose de 40 a 500mg/dL. O kit sensor inclui: 1 sensor em seu recipiente, aplicador do sensor, lenço umedecido com álcool e a instruções de uso. Marca: Abbott; Modelo: FreeStyle Libre.

5. Local de entrega:

Os produtos deverão ser entregues na Secretaria de Saúde, setor de Farmácia Central, sito à Rua Floriano Peixoto, 1122 – Vila Nova – Salto/SP, podendo o local da entrega ser alterado mediante prévio aviso ao fonecedor, sempre dentro dos limites do município de Salto/SP..

A entrega será de segunda a sexta-feira no horário das 8:00 às 16:00h, devendo a empresa que fornecer os itens deve-se atentar aos dias e horários de funcionamento conforme Calendário Oficial, disponibilizado no site do município de Salto – www.salto.sp.gov.br..

6. Prazo de entrega ou execução:

O prazo de entrega será de 20 (vinte) dias a partir da data do pedido realizado pelo responsável do setor de Farmácia Central.

7. Unidade Solicitante

Secretaria da Saúde - Farmácia Central/Judicial

8. Dotação Orçamentária

- Ficha 229- 02.08.01.339030.10.301.0014.2.032.01.310000

9. Gestor

Maristela Marico Nagatomi, CPF: 077.115.038-57, Farmacêutica.

10. Habilitação

Para a habilitação a empresa deverá apresentar a seguintes documentações (as documentações deverão ser encaminhadas via sistema eletrônico), inseridos via plataforma:

Jurídica conforme o caso:

- a) Em se tratando de sociedades empresárias ou simples, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, nos casos de empresário individual, o enquadramento como MEI ou documento similar, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei e conforme o caso, e, ainda, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).

Fiscal e trabalhista

- a) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

- b) Certidão de Regularidade Fiscal – Pessoa Jurídica ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, podendo ser obtida através do link: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/servicos/certidoes-e-situacao-fiscal>;
- c) Certidão Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, comprovando a regularidade relativos a ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).
- d) Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;
- e) Prova de regularidade perante a Justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.
- f) A Certidão de regularidade Trabalhistas – CNDT é expedida gratuita e eletronicamente em todo o território nacional. O interessado pode requerê-la nas páginas eletrônicas do TST, do CSJT e dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante indicação do CNPJ.

Econômico-financeira

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- c) Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

Marcio Conrado

Secretário de Saúde